

RODADAS  
GABARITANDO



*Amostra*

## Apresentação do Material

O Rodada de Questões Gabaritando MG é indicado tanto para os que estão estudando e querem realizar questões para testar o conhecimento ou utilizar da resolução das questões como uma ferramenta de revisão, como para quem está iniciando a preparação para o próximo concurso de MG e precisa otimizar os estudos.

Mesmo que o seu tempo seja reduzido, você conseguirá realizar as rodadas de questões. A rodada semanal de questões foi pensada para que você, que não tem muito tempo, possa encaixá-la dentro da sua rotina de estudos e ter contato semanal com pontos importantes para a sua prova.

São 10 rodadas de questões semanais com questões de todas as disciplinas do edital. A cada semana você receberá um **caderno de questões com 25 questões** (toda segunda-feira) e o **caderno com o gabarito fundamentado** (toda terça-feira).

As rodadas iniciam no dia 31/10 quando você receberá o primeiro caderno com as questões da primeira rodada. Todo o material será disponibilizado em PDF

**Registros Públicos**

1 - Considerando as disposições expressas no Código de Normas de Minas Gerais, em relação ao testamento, julgue a assertiva a seguir:

I - Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido em voz alta 2 (duas) vezes, uma pelo tabelião de notas e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo menção circunstanciada no testamento.

II - O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes duas testemunhas.

III - Se o testador não souber ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará, assinando neste caso pelo testador, a seu rogo, todas testemunhas instrumentárias.

Apenas as alternativas I e II estão corretas.

Certo       Errado

2 - De acordo com a previsão do Código de Normas de Minas Gerais, o serviço, a função e a atividade notarial e de registro norteiam-se pelos princípios específicos de cada natureza notarial e registral, além dos princípios gerais, dentre eles:

I - da autenticidade, a estabelecer uma presunção absoluta de verdade sobre o conteúdo do ato notarial ou registral.

II - da segurança, a conferir estabilidade às relações jurídicas e confiança ao ato notarial ou registral.

III - da reserva de iniciativa, rogação ou instância, a definir o ato notarial ou registral como de iniciativa exclusiva do interessado, vedada a prática de atos de averbação e de registro de ofício, com exceção dos casos previstos em lei.

IV - da legalidade, a impor prévio exame da legalidade, validade e eficácia dos atos notariais ou registrais, a fim de obstar a lavratura ou registro de atos inválidos, ineficazes ou imperfeitos.

Todas as assertivas estão corretas.

Certo       Errado

**Constitucional**

3 - Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue a afirmativa abaixo:

I - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

II - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

III - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Todas as assertivas estão corretas.

Certo       Errado

**Civil**

4 – No que concerne à celebração do casamento, considerando as disposições expressas no Código Civil, julgue a seguinte afirmação:

I - O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

II - A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário.

III - O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo.

Apenas os itens I e III estão corretos.

Certo       Errado

**Tributário**

5 – No tocante ao pagamento do crédito tributário, conforme as disposições expressas no Código Tributário Nacional, julgue o item abaixo:

I - Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

II - Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

III - O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, salvo por força maior ou caso fortuito.

Apenas os itens II e III estão corretos.

Certo       Errado

**Empresarial**

6 – Acerca do protesto, considerando as disposições expressas na Lei 9492/1997, julgue o item abaixo:

I - O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução.

II - O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

III - Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.

Apenas a assertiva III está incorreta.

Certo       Errado

**Processo Penal**

7 - Considerando entendimento sumulado em matéria processual penal, julgue a seguinte assertiva:

I - É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

II - É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

III - O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

IV - A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

Apenas a afirmativa IV está incorreta.

Certo       Errado

**Registros Públicos**

1 - Considerando as disposições expressas no Código de Normas de Minas Gerais, em relação ao testamento, julgue a assertiva a seguir:

I - Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido em voz alta 2 (duas) vezes, uma pelo tabelião de notas e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo menção circunstanciada no testamento.

II - O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes duas testemunhas.

III - Se o testador não souber ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará, assinando neste caso pelo testador, a seu rogo, todas testemunhas instrumentárias.

Apenas as alternativas I e II estão corretas.

**Certo.**

**Apenas as alternativas I e II estão corretas.**

CNMG, Arts. 269, 268 e 267.

Art. 269. Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido em voz alta 2 (duas) vezes, uma pelo tabelião de notas e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo menção circunstanciada no testamento.

Art. 268. O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.

Art. 267. Se o testador não souber ou não puder assinar, o tabelião de notas assim o declarará, assinando neste caso pelo testador, a seu rogo, **uma das testemunhas** instrumentárias.

2 - De acordo com a previsão do Código de Normas de Minas Gerais, o serviço, a função e a atividade notarial e de registro norteiam-se pelos princípios específicos de cada natureza notarial e registral, além dos princípios gerais, dentre eles:

I - da autenticidade, a estabelecer uma presunção absoluta de verdade sobre o conteúdo do ato notarial ou registral.

II - da segurança, a conferir estabilidade às relações jurídicas e confiança ao ato notarial ou registral.

III - da reserva de iniciativa, rogação ou instância, a definir o ato notarial ou registral como de iniciativa exclusiva do interessado, vedada a prática de atos de averbação e de registro de ofício, com exceção dos casos previstos em lei.

IV - da legalidade, a impor prévio exame da legalidade, validade e eficácia dos atos notariais ou registrais, a fim de obstar a lavratura ou registro de atos inválidos, ineficazes ou imperfeitos.

Todas as assertivas estão corretas.

**Errado**

**A assertiva I está incorreta.**

**CNMG, Art. 5º**

Art. 5º O serviço, a função e a atividade notarial e de registro norteiam-se pelos princípios específicos de cada natureza notarial e registral, além dos seguintes princípios gerais:

- I - da fé pública, a assegurar a autenticidade dos atos emanados dos serviços notariais e de registro, gerando **presunção relativa de validade**;
- II - da publicidade, a assegurar o conhecimento de todos sobre o conteúdo dos registros e a garantir sua oponibilidade contra terceiros;
- III - da autenticidade, a estabelecer uma presunção relativa de verdade sobre o conteúdo do ato notarial ou registral;
- IV - da segurança, a conferir estabilidade às relações jurídicas e confiança ao ato notarial ou registral;
- V - da eficácia dos atos, a assegurar a produção dos efeitos jurídicos decorrentes do ato notarial ou registral;
- VI - da oficialidade, a submeter a validade do ato notarial ou registral à condição de haver sido praticado por agente legitimamente investido na função;
- VII - da reserva de iniciativa, rogação ou instância, a definir o ato notarial ou registral como de iniciativa exclusiva do interessado, vedada a prática de atos de averbação e de registro de ofício, com exceção dos casos previstos em lei;
- VIII - da legalidade, a impor prévio exame da legalidade, validade e eficácia dos atos notariais ou registrais, a fim de obstar a lavratura ou registro de atos inválidos, ineficazes ou imperfeitos.

### Constitucional

3 – Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue a afirmativa abaixo:

- I - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - II - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
  - III - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- Todas as assertivas estão corretas.

### Certo

**CRFB, VIII, IX e X, Art. 5º.**

- VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

### Civil

4 – No que concerne à celebração do casamento, considerando as disposições expressas no Código Civil, julgue a seguinte afirmação:

I - O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

II - A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário.

III - O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo.

Apenas os itens I e III estão corretos.

**Errado**

**Todos os itens estão corretos.**

**CC, Art. 1.542, §§1º e 2º.**

Art. 1.542. O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

§1º A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário; mas, celebrado o casamento sem que o mandatário ou o outro contraente tivessem ciência da revogação, responderá o mandante por perdas e danos.

§2º O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo.

### Tributário

5 – No tocante ao pagamento do crédito tributário, conforme as disposições expressas no Código Tributário Nacional, julgue o item abaixo:

I - Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

II - Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

III - O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, salvo por força maior ou caso fortuito.

Apenas os itens II e III estão corretos.

**Errado**

**Apenas os itens I e II estão corretos.**

**CTN, Arts. 159, 160 e 161.**

Art. 159. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Art. 161. **O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta**, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

### Empresarial



6 – Acerca do protesto, considerando as disposições expressas na Lei 9492/1997, julgue o item abaixo:

I - O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução.

II - O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

III - Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.

Apenas a assertiva III está incorreta.

**Errado**

**Todas as assertivas estão corretas.**

Lei 9.492/1997, Art.21

Art. 21. O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução.

§ 1º O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

§ 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.

### Processo Penal

7 - Considerando entendimento sumulado em matéria processual penal, julgue a seguinte assertiva:

I - É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

II - É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

III - O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

IV - A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

Apenas a afirmativa IV está incorreta.

**Errado**

**Todas as afirmativas estão corretas.**

**STJ, Súmula 444** - É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

**STJ, Súmula 438** - É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

**STF, Súmula 521** - O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

**STJ, Súmula 546** - A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.